Por Graça Seligman (Especial para o Correio)
gseligman@gmail.com

Novo desafio

Maurenison Freire

As principais vozes da sociedade brasiliense foram finalmente ouvidas. Há tempos, manifestavam-se pela necessidade de um espaço público dedicado à obra e à memória de Athos Bulcão, o maior artista da capital de todos os brasileiros. Artigos, discursos e manifestações em diversos meios e épocas clamaram por uma sede para a Fundação Athos Bulcão (FAB), e esse desejo foi atendido.

No dia 30 de junho, o governador Ibaneis Rocha sancionou a Lei Ordinária do Distrito Federal nº 7.717, que concede o uso de um terreno para a Fundação Athos Bulcão. Essa lei autoriza a concessão de uso de um terreno público à fundação por 35 anos, permitindo a construção de sua sede própria. Localizada no Setor de Divulgação Cultural (SDC), entre o Eixo Cultural Íbero-Americano e o Centro de Convenções, a área será o novo lar de um complexo cultural projetado pelo arquiteto João Filgueiras Lima (Lelé), grande amigo de Athos. O projeto prevê teatro, sala multiuso, museu, galeria, loja e café.

Celebrar essa conquista é também olhar para o futuro e lembrar que o prazo para concluir a obra é de cinco anos, e que ainda não há recursos identificados nos orçamentos públicos para esse investimento. Será que enfrentaremos um sofrimento semelhante ao da Sala Villa Lobos do Teatro Nacional, fechada há mais de 11 anos?

Para evitar isso, precisamos de liderança e iniciativa. Brasília foi construída por líderes visionários que sonhavam com uma cidade monumental no Planalto central, cercada pelo Cerrado. Esses líderes tinham uma lei, um prazo, mas não tinham recursos. Hoje, vivemos nessa cidade e devemos honrar a memória de seus idealizadores, buscando os recursos necessários para a obra.

Aqui estão algumas ideias para encontrar esses recursos, que certamente podem ser revisadas e aprimoradas. Primeiramente, o Governo do Distrito Federal (GDF) poderia incluir parte da obra em seu orçamento. Em seguida, as emendas parlamentares federais são uma fonte importante. Os oito representantes de Brasília na Câmara dos Deputados e os três no Senado Federal têm direito a emendas ao Orçamento público federal e deveriam considerar emendas de bancada para os próximos cinco anos. Além disso, os 24 deputados distritais poderiam compor uma emenda coletiva ao orçamento do DF.

Outra fonte é a Lei de Incentivo à Cultura (LIC), que funciona como um mecanismo de parceria com a iniciativa privada, por meio da renúncia fiscal de empresas. O empresariado de Brasília, por meio de suas lideranças, deveria comprometer-se com uma adesão significativa, especialmente de empresas que ainda não contribuem com outras iniciativas culturais.

Por fim, o setor financeiro, como o BRB, que já apoia esportes de alto rendimento, poderia expandir seu apoio à cultura, liderando um esforço de adesão a programas de incentivos fiscais. Os centros culturais de outros bancos, que aplicam parte de seus impostos em programas de incentivo, poderiam destinar recursos para essa iniciativa, que é nacional.

Com a lei sancionada, um belo projeto e o terreno disponível, cabe a nós acreditar que os recursos não surgirão como um milagre, mas, sim, por meio de um esforço conjunto para que a cultura brasileira tenha o destaque que merece. Assim, Brasília e o Brasil poderão honrar Athos Bulcão, um dos nossos maiores artistas.

Graça Seligman é jornalista e fotógrafa